



PROJETO DE LEI Nº 262, DE 15 DE AGOSTO DE 2018.

**ALTERA LEI QUE DISCIPLINA O SISTEMA
TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO, CONSOLIDA
LEIS E DISPÕE SOBRE O CÓDIGO
TRIBUTÁRIO MUNICIPAL**

Art. 1º Ficam alterados os seguintes dispositivos da Lei Municipal nº 7.100, de 20 de dezembro de 2017, que Disciplina o Sistema Tributário do Município, Consolida Leis e dispõe sobre o Código Tributário Municipal, que passa a vigorar com as seguintes redações:

Art. 2º Inclui o § 6º no Art. 59 da Lei referida no Art. 1º:

"Art. 59 (...)

(...)

§ 6º Havendo antecipação no pagamento das parcelas, será concedido o abatimento dos juros incidentes sobre cada parcela antecipada."

Art. 3º Altera os incisos IV e IX do Art. 150 da Lei referida no Art. 1º:

"Art. 150 (...)

(...)

IV - com exceção do disposto no inciso V, infra, penalidade em valor igual a **100% (cem por cento)** do tributo apurado e devido, monetariamente corrigido, ou, em não sendo este possível de apuração, valor igual a 10 (dez) VRM , quando praticar atos que evidenciem falsidade e manifesta intenção dolosa ou má fé,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS
GABINETE DO PREFEITO

objetivando sonegação por meio de:

(...)

IX - importância equivalente a 70% do VRM no caso de NFS-e cancelada após o décimo dia subsequente ao da sua emissão."
(NR)

Art. 4º Inclui o § 8º no Art. 319 da Lei referida no Art. 1º:

"Art. 319 (...)

(...)

§ 8º Para liberação da guia de ITBI, é indispensável a prévia regularização das benfeitorias existentes perante os Órgãos competentes ."

Art. 5º Inclui o parágrafo único no Art. 385 da Lei referida no Art. 1º:

"Art. 385 (...)

§ 1º Exercendo o contribuinte atividades que deem causa a diferentes enquadramentos quanto à incidência da taxa, será utilizada para fins de cálculo aquela que conduzir ao maior valor."

Art. 6º Inclui o § 6º e incisos I, II e III no Art. 467 da Lei referida no Art. 1º:

"Art. 467 (...)

(...)

§ 6º Para fins de definição do disposto no



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS
GABINETE DO PREFEITO

§ 5º deste artigo, não se consideram habitáveis as tipologias porão ou garagem quando, cumulativamente, não atendam ao seguinte:

I - altura mínima de pé direito de 2,40m (Código de Obras);

II - possuir instalação sanitária interna;

III - ser unidade independente/autônoma."

Art. 7º Altera a TABELA VIII - TAXA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - do ANEXO VIII da Lei referida no Art. 1º:

ANEXO VIII

TABELA VIII

TAXA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ESPECIFICAÇÃO	% DO VRM
I - TAXA DE EXAME DE PROJETOS	20%
II – TAXA DE VISTORIA PARA ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO DE ESTABELECIMENTO PARA ESTUDO DE VIABILIDADE	10%



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS
GABINETE DO PREFEITO

III - TAXA DE ALVARÁ DE SAÚDE:	
1. DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE DE BAIXA COMPLEXIDADE: 1.1- Serviço de Ultra-Sonografia; 1.2- Centro de Atenção Psicossocial; 1.3- Clínica de Fisioterapia; 1.4- Clínica e/ou Consultório de Fonoaudiologia; 1.5- Comunidades Terapêuticas; 1.6- Consultório de Psicologia; 1.7- Consultório de Nutrição.	24%
2. OUTROS ESTABELECIMENTOS: 2.1- Consultório Médico; 2.2- Consultório Odontológico sem Raio X; 2.3- Consultório Veterinário; 2.4- Farmácias e Drogarias; 2.5- Clínica de Vacinas;	48%



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS
GABINETE DO PREFEITO

2.6- Laboratórios e/ou Postos de Coleta de Sangue;	
2.7- Comércio de Produtos Agropecuários.	
3. ESTABELECIMENTOS DE INTERESSE PARA A SAÚDE:	
3.1- Academias de dança e ginástica e Clubes Esportivos;	
3.2- Albergues;	
3.3- Barbearias;	
3.4- Cemitérios, Crematórios e Necrotérios;	24%
3.5- Creches, Escolas de Educação Infantil e Instituições de ensino em geral;	
3.6- Gabinetes de Manicure e/ou Pedicuro/Podólogo;	
3.7- Institutos de Beleza;	
3.8- Lavanderias;	
3.9- Residenciais para idosos;	
3.10- Saunas;	
3.11- Serviços de Massoterapia;	
3.12- SPA;	



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS
GABINETE DO PREFEITO

3.13- Transporte de Alimentos.	
3.14- Estações Rodoviárias; 3.15- Hotéis, Motéis e Pensões.	64%
3.16- Óticas.	48%
4. ESTABELECIMENTOS DA ÁREA ALIMENTÍCIA (valor da taxa conforme metragem do estabelecimento): Açougues – Ambulantes – Bares – Comércio de alimentos congelados – Comércio de alimentos para pronta entrega – Comércio de balas, chocolates, caramelos e similares – Comércio de frutas e hortaliças (fruteiras) – Comércio de produtos alimentícios em trailers – Comércio de produtos de confeitaria – Comércio de produtos de panificação – Comércio de secos e molhados (armazém) – Comércio de sorvetes e gelados comestíveis – Comércio esporádico ou eventual, itinerante ou não, de gêneros alimentícios e afins – Depósitos de alimentos perecíveis e não perecíveis – Depósitos de bebidas – Depósitos de sorvetes e gelados comestíveis – Importadoras e distribuidoras de alimentos – Lancherias – Peixarias – Preparação de produtos de confeitaria sob encomenda – Restaurantes –	



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS
GABINETE DO PREFEITO

Supermercados – Estabelecimentos similares.	
4.1- ÁREA EM M ²	% DO VRM
Até 40 m ²	15%
Acima de 40 m ² até 100 m ²	40%
Acima de 100 m ² até 250 m ²	60%
Acima de 250 m ²	80%

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE VERANÓPOLIS, em 15 de Agosto de 2018.

WALDEMAR DE CARLI,
Prefeito.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS
GABINETE DO PREFEITO



JUSTIFICATIVA I AO PL Nº 262/2018.

O presente Projeto de Lei tem por finalidade alterar a Lei Municipal nº 7.100, de 20 de dezembro de 2017, que Disciplina o Sistema Tributário do Município, Consolida Leis e dispõe sobre o Código Tributário Municipal.

Justificam-se as alterações conforme descrito abaixo, para cada uma das alterações propostas.

1. A inclusão do § 6º no Art. 59, evitar a cobrança de juros futuros ao efetivo pagamento.
2. A alteração do Art. 150 é para adequar ao entendimento do STF sobre o não confisco.
3. Inclui o § 8º no Art. 319 para estimular a regularização das obras executadas na cidade, bem como manter vínculo entre a área efetivamente construída e àquela que serve de base de cálculo para o tributo em consonância com a lei de registros públicos.
4. Inclui o parágrafo único no Art. 385 da Lei referida no Art. 1º:385 Justificativa: especificar o enquadramento para evitar aplicação de critérios subjetivos.
5. A inclusão do § 6º e incisos I, II e III no Art. 467 visa especificar o enquadramento para evitar aplicação de critérios subjetivos.
6. A alteração da TABELA VIII - TAXA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - do ANEXO VIII objetiva adequar as taxas ao efetivo custo do exercício da fiscalização.

Assim, encaminhamos o presente Projeto de Lei para a devida tramitação na Câmara de Vereadores.

GABINETE DO PREFEITO DE VERANÓPOLIS, em 15 de agosto de 2018.

WALDEMAR DE CARLI,
Prefeito.